

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ

JULIANA MOLINA CONSTANTINO

NATÁLIE TADIOTO PASCHOAL

**MUDANÇAS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: PRÁTICAS CULTURAIS DA
DÉCADA DE 90 E DA ATUALIDADE**

CASCABEL

2022

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ

JULIANA MOLINA CONSTANTINO

NATÁLIE TADIOTO PASCHOAL

**MUDANÇAS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: PRÁTICAS CULTURAIS DA
DÉCADA DE 90 E DA ATUALIDADE**

Trabalho apresentado à disciplina TCC – Projeto
como requisito parcial para obtenção da aprovação
semestral no Curso de Psicologia do Centro
Universitário Assis Gurgacz.

Orientador: Me. Christian Silva dos Reis

CASCADEL
2022

RESUMO

A violência de gênero se apresenta como um problema presente e constante em diferentes décadas, gerando impactos negativos para a sociedade, implicando ser um aspecto de relevante observação, por conta dos gravames que se apresentam cotidianamente na realidade das pessoas. Nos tempos atuais, sua discussão é aparente, visualizando-se mudanças legislativas e culturais devido a necessidade de lidar com a problemática. Diante disso, o estudo busca com embasamento em uma interpretação analítico-comportamental delinear as mudanças na caracterização da violência de gênero ao decorrer do tempo, enquanto produtos das práticas culturais, mais precisamente, da década de noventa até a atualidade. O objetivo da pesquisa é identificar se há mudanças durante este lapso temporal e em conjunto, colaborar para a identificação da violência de gênero, bem como, contribuir para a ampliação de pesquisas nessa área. A coleta de dados será realizada por meio de um questionário semiestruturado com mulheres que vivenciaram a violência de gênero em diferentes períodos temporais.

Palavras-chave: Violência de gênero. Práticas culturais. Análise do comportamento.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

1.1 ASSUNTO / TEMA.....	6
1.2 JUSTIFICATIVA.....	6
1.3 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	8
1.4 FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES.....	8
1.5 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	8
1.5.1 Objetivo Geral.....	8
1.5.2 Objetivos Específicos.....	8

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....9

3 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO.....15

3.1 TIPO DE ESTUDO.....	15
3.2 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO E PLANO DE RECRUTAMENTO.....	16
3.3 COMO E QUEM IRÁ OBTER O CONSENTIMENTO/ASSENTIMENTO E GARANTIAS ÉTICAS AOS PARTICIPANTES DE PESQUISA.....	16
3.4 DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO.....	17
3.5 DESCRIÇÃO DE MÉTODOS QUE AFETEM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA E ANÁLISE CRÍTICA DE RISCOS E BENEFÍCIOS, BEM COMO MEDIDAS QUE MINIMIZEM E/OU ELIMINEM TAIS RISCOS	17
3.6 PREVISÃO DE INDENIZAÇÃO E RESSARCIMENTO DE GASTOS AOS PARTICIPANTES	18
3.7 CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA	18
3.8 LOCAIS DE REALIZAÇÃO DAS ETAPAS E INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA...	18
3.9 EXPLICITAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA.....	19
3.10 EXPLICITAÇÃO ACERCA DA PROPRIEDADE DAS INFORMAÇÕES GERADAS PELA PESQUISA, SOBRE O USO E DESTINO DAS INFORMAÇÕES/DADOS COLETADOS, BEM COMO MEDIDAS DE PROTEÇÃO RELATIVAS À PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO, LOCAL E TEMPO DE ARMAZENAMENTO.....	19

3.11 ORÇAMENTO.....	20
3.12 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	21
3.13 ANÁLISE DOS RESULTADOS E EXPLICITAÇÃO DE QUE OS RESULTADOS DA PESQUISA SERÃO TORNADOS PÚBLICOS, SEJAM ELES FAVORÁVEIS OU NÃO...	22
REFERÊNCIAS.....	23
APÊNDICE A - Modelo TCLE (presencial).....	24
APÊNDICE B - Modelo TCLE (online).....	27
APÊNDICE C - Declaração das pesquisadoras.....	28
APÊNDICE D - Questionário semiestruturado.....	29

1 INTRODUÇÃO

1.1 ASSUNTO / TEMA

O assunto do referido trabalho é violência de gênero contra mulheres. O tema abordará a mudança na caracterização da violência de gênero identificável nos produtos das práticas culturais da década de 90 até a atualidade.

1.2 JUSTIFICATIVA

A ideia central do comportamentalismo pode ser formulada do seguinte modo: a despeito dos diversos posicionamentos observados entre comentadores, uma ciência do comportamento é possível (SKINNER, 1953, 1971, 1974). É digno de nota que o comportamentalismo não é, precisamente, a própria ciência, mas, isto sim, a filosofia que anima as discussões realizadas por ela.

Denomina-se, assim, Análise do Comportamento a ciência dedicada ao estudo sistemático de relações comportamentais definidas pela descrição de correlações contingenciais entre eventos ambientais e organismo (BAUM, 2019; SKINNER, 1953, 1971, 1974; LAURENTI, 2012; LOPES, 2008; LEÃO & LAURENTI, 2009). B. F. Skinner (1904-1990), seu principal expoente, (SKINNER, 1974) postula o comportamentalismo como uma filosofia de uma versão singular da ciência do comportamento, expondo sua importância, e ressaltando que as maiores questões que emergem no mundo só se explicam se nosso entendimento do comportamento humano for aprimorado (SKINNER, 1974).

O comportamento pode ser definido como a relação entre organismo e ambiente (LOPES, 2008; REIS & LAURENTI, 2019), ou seja, o que o indivíduo faz em intercâmbio com as mudanças no ambiente. Para o analista do comportamento, o enfoque está na descrição das relações comuns que envolvem o estímulo e a resposta: não se trabalha com instâncias únicas, atua-se com uma classe de respostas correlacionada com uma classe de estímulos (BORGES; CASSAS, 2012).

Se a Análise do Comportamento se compromete a analisar o comportamento, é de explícita relevância que se estude os comportamentos que englobam a caracterização da violência de gênero presentes nos produtos das práticas culturais, e como se comportaram ao

longo de uma linha histórica. Além disso, a análise de fenômenos sociais à luz da Análise do Comportamento se propõe a fomentar a ciência, dar subsídios a outras pesquisas na mesma área, sendo importante para justificar a implementação de políticas públicas. No caso deste projeto de pesquisa, políticas públicas relacionadas à proteção de mulheres vítimas de violência doméstica.

No tocante ao quadro de violência contra a mulher no contexto doméstico no Brasil, de acordo com o Informativo número 38 de Estatísticas de Gênero do IBGE, publicado em 2021, é possível focalizar a questão da violência contra a mulher a partir do fenômeno do feminicídio, definido na Lei n. 13.104, de 09.03.2015, de 2015, como o homicídio contra a mulher por razões da condição do sexo feminino – violência doméstica ou familiar e menosprezo ou discriminação à condição de ser mulher. (IBGE, 2021)

Entre as mulheres, a proporção de homicídios cometidos no domicílio tem maior prevalência. De fato, em 2018, enquanto 30,4% dos homicídios de mulheres ocorreram no domicílio, para os homens, a proporção foi de 11,2%. Entre as mulheres, as pretas ou pardas tinham maiores taxas de homicídio que as mulheres brancas, tanto no domicílio, quanto fora dele. No domicílio, a taxa para as mulheres pretas ou pardas era 34,8% maior que para as mulheres brancas; fora do domicílio era 121,7% maior (IBGE, 2021 sic).

Diante disso, é salutar que sejam desenvolvidas pesquisas no sentido de entender o fenômeno da violência doméstica cometida contra a mulher e os aspectos culturais envolvidos nisso, dado que, embora a legislação vigente – vide Lei Maria da Penha – venha ao encontro da proteção de mulheres, os dados endêmicos mencionados no parágrafo anterior são alarmantes, e isso, por si, já justifica que acadêmicos e seus orientadores se debrucem sobre o tema.

1.3 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

É possível identificar mudanças nos produtos das práticas culturais de violência de gênero contra mulheres da década de 1990 até os dias de hoje?

1.4 FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES

H 0 – Não é possível identificar mudanças nos produtos das práticas culturais de violência de gênero contra mulheres da década de 1990 até os dias de hoje.

H 1 – É possível identificar mudanças nos produtos das práticas culturais de violência de gênero contra mulheres da década de 1990 até os dias de hoje.

1.5 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.5.1 Objetivo Geral

Identificar se há mudanças em produtos de práticas culturais de violência de gênero contra mulheres da década de 1990 até os dias de hoje.

1.5.2 Objetivos Específicos

- Conceituar a noção de produto de prática cultural no âmbito da Análise do Comportamento (leis, propagandas etc.)
- Conceituar a noção de violência de gênero em termos analítico-comportamentais
- Identificar produtos das práticas culturais da violência de gênero existentes na década de 90 e na atualidade
- Contrastar os produtos encontrados nas práticas culturais vigentes nos dois períodos de tempo analisados

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em “Ciência e comportamento humano” (SKINNER, 1953), Skinner afirma que ciência é mais que mera descrição dos acontecimentos à medida que ocorrem. A ciência é uma disposição de aceitar os fatos mesmo quando eles são opostos aos desejos, podendo ser entendida como a busca da ordem, da uniformidade, de relações ordenadas entre os eventos da natureza (SKINNER, 1953). De acordo com o autor, o comportamento não é um assunto que se torna acessível somente com a invenção de um instrumento, pois trata-se de um objetivo difícil, não porque é inacessível, mas porque é extremamente complexo (SKINNER, 1953).

Nessa mesma direção, Baum (2019) indica que o comportamentalismo radical baseia-se no pragmatismo. Isso quer dizer que, para a pergunta “O que é ciência”, por exemplo, argumenta-se nos termos de W. James (1842-1910) e E. Mach (1838-1916), que trata-se da busca de descrições econômicas e abrangentes da experiência natural humana (BAUM, 2019).

O diálogo entre comportamentalismo e pragmatismo suscita a discussão acerca da explicação comportamental proposta pelo comportamentalismo. Skinner (1953) argumenta que comportamento é uma questão contextual, ou seja, um fenômeno que floresce no bojo da relação indissociável indivíduo-mundo (LOPES, 2008; REIS & LAURENTI, 2019).

Segundo Skinner (1953), é impossível falar sobre comportamento sem falar da relação com o meio, podendo este meio ser o espaço que o cerca, um evento, ou até mesmo, outra pessoa.

A noção de contingência, portanto, esclarece o que é chamado de comportamento operante – conceito que sumariza uma possibilidade de análise comportamentalista segundo parâmetros científicos (SKINNER, 1953; 1971; 1974). No entanto, o esclarecimento do comportamento operante passa por uma explicitação do modelo epistemológico adotado por Skinner na tarefa de explicar o comportamento. Entra em cena, então, o modelo de seleção por consequências, o qual rompe com o

paradigma de explicações pautadas em agentes iniciadores autônomos que resultam em uma intenção causal proposital (SKINNER, 1981).

O esclarecimento do comportamento é parecido com o da espécie, ou seja, padrões comportamentais são derivados de processos de modificação de respostas que são selecionadas pelas consequências (BORGES; CASSAS, 2012):

[...] O modelo de seleção por consequências difere marcadamente desses modelos mecanicistas por não enfatizar ou supor que eventos unitários, temporalmente anteriores e imediatamente próximos causariam outros eventos considerados seus efeitos necessários. (BORGES; CASSAS, 2012, p. 80)

O comportamento se apresenta, assim, como um fenômeno engendrado por três histórias inter-relacionadas. Trata-se do produto de um aglomerado de (1) contingências sobreviventes da seleção natural das espécies; (2) das contingências dos repertórios reforçados pelos membros desta espécie; e (3) das contingências específicas presentes no ambiente social que foi evoluído (SKINNER, 1981; BORGES & CASSAS, 2012). Portanto, para Skinner (1981), o comportamento emitido pelo ser humano é composto por histórias em nível filogenético, ontogenético e cultural.

O nível da filogênese contempla particularidades fisiológicas da espécie, os processos existentes na sensibilidade ao condicionamento operante e respondente. Na ontogênese, observa-se a evolução dos repertórios comportamentais de cada ser humano: padrões específicos de comportamentos em pequenos espaços temporais que modificam o ambiente, como por exemplo, a ampliação do ambiente social, selecionando o comportamento verbal.

A partir disso, nota-se o terceiro nível, o cultural. Práticas culturais variam e são selecionadas, estando relacionadas a comportamentos que são transferidos de uma pessoa para outra por meio das gerações (SKINNER, 1981).

Em se tratando especificamente do terceiro nível, o das práticas culturais, pode-se afirmar que trata-se de conjuntos de comportamentos que são aprendidos por um grupo. Nas palavras de Skinner (1953):

No sentido mais amplo possível, a cultura na qual um indivíduo nasce é composta de todas as variáveis que o afetam e que são dispostas por outras pessoas. O ambiente social em parte é o resultado daqueles procedimentos do grupo que geram o comportamento ético e a extensão desses procedimentos aos usos e costumes. (p. 455)

Desta maneira, as práticas culturais são compostas pelas contingências que mantêm o padrão comportamental dos indivíduos que encontram-se pertencentes ao grupo. Elas são derivadas das contingências do ambiente social, e podem garantir aspectos vantajosos, no mais das vezes, para as agências de controle, que por conta da grande extensão de acesso a reforçadores, continuam sendo difundidas mesmo que não acarretem benefícios para alguns membros daquela cultura (FONTANA, 2019; SKINNER, 1953).

Uma agência de controle é formada por um conjunto de indivíduos que se comportam em determinados contextos de acordo com práticas culturais e regras e que mantêm e replicam essas mesmas práticas ensinando-as às próximas gerações. Além disso, elas têm a função tanto de controlar o comportamento dos indivíduos quanto de manter essas práticas na cultura (ARANTES & NICOLODI, 2019; SKINNER, 1953).

Nesse sentido, pode-se indicar que agências controladoras se utilizam de estratégias de naturalização do *status quo*, mantendo práticas sociais que permitem que os controlados evitem punição ao se comportarem de determinadas maneiras que são, então, reforçadas diferencialmente (ARANTES & NICOLODI, 2019).

Skinner discorre acerca de instituições de cunho educacional, religioso, governamental, econômico e aborda também a psicoterapia quando menciona as agências de controle, alegando que todas participam do ambiente social em razão do controle que possuem nas práticas culturais. As relações de controle que permeiam as agências envolvem hierarquia e assimetria, pois as mesmas manipulam o ambiente social e determinam padrões comportamentais, induzindo comportamentos específicos (FONTANA, 2019).

Nesse horizonte, a autora Lerner (1986) argumenta que o patriarcado também pode ser entendido como a institucionalização dessas práticas culturais da dominação

masculina sobre as mulheres. Skinner (1953), denominou essas práticas de controle social sobre um grupo ou cultura de “agência de controle” e descreveu algumas delas: governo e lei, educação, religião, poder econômico e psicoterapia (ARANTES & NICOLODI, 2019).

Neste sentido, Erika Apfelbaum (HIRATA et al., 2009) aponta que toda relação de dominação introduz uma dissimetria estrutural que é, ao mesmo tempo, efeito e alicerce da dominação, sendo as chamadas “relações de dominação” identificadas e denunciadas inicialmente pelos movimentos de emancipação dos anos 60.

Quanto ao poder supramencionado, Michèle Riot-Sarcey (HIRATA et al, 2009) argumenta que, classicamente, é pensado em termos de exercício de governo ou comando, conforme também menciona Foucault: “O que define uma relação de poder é o modo de ação que não atua direta e imediatamente sobre o outros, mas que atua sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais ou atuais, futuras ou presentes” (FOUCAULT, 1984, p. 312-13).

O conceito de "gênero", em um viés analítico-comportamental, refere-se a um conjunto de práticas culturais que associam-se ao sexo biológico do indivíduo, implicando que homens e mulheres vivenciem contingências culturais divergentes. As práticas se posicionam como formas de controle social e definem como cada pessoa irá acessar as fontes de reforço (RUIZ, 2003).

Segundo Ferraz, Peixinho, Vichi e Sampaio (2019):

As práticas de gênero podem ser explicitamente coercitivas, quando consequências aversivas são apresentadas para pessoas de determinado sexo que não se comportem de acordo com o padrão esperado para o respectivo gênero. (FERRAZ et al, 2019, p. 177)

A nível de exemplo, uma pessoa responde a um comportamento que é emitido por um terceiro, como a punição do comportamento de "sentar de pernas abertas", mas a resposta só se torna punitiva em função da variação do sexo de quem está realizando aquele comportamento. Homens que sentam de pernas abertas em geral não recebem

punições, diferentemente do que ocorre se o indivíduo é uma mulher (FERRAZ, et al, 2019).

Saffioti (2004) ainda enfatiza que o valor dentro da cultura gerada pela dominação-exploração patriarcal é o controle. Para a Análise do Comportamento, o termo controle é usado para descrever a relação entre um evento e a sua probabilidade de ocorrência alternada por outro (Hunziker, 2011). Baum (2006) afirma que o grau de controle que um indivíduo exerce sobre o comportamento de outro, está vinculado ao tipo de relação estabelecida entre os indivíduos, seja essa relação uma relação equitativa, ou de desigualdade (ARANTES & NICOLODI, 2019).

De acordo com Arantes e Nicolodi (2019), nas relações de desigualdade, o grau de controle que o indivíduo que obtém mais benefícios exerce sobre o comportamento do outro é superior ao grau de controle exercido pelo indivíduo que se beneficia menos da relação, e a essas diferenças de grau de controle e de acesso a benefícios na relação podem ser chamadas de poder (Baum, 2006).

Aquele que detém mais poder é também quem gerencia as relações de reforço vigentes, isto é, dispõe as contingências para o comportamento do outro, limitando as possibilidades de escolha e reduzindo a possibilidade de formas alternativas de comportamento (ARANTES & NICOLODI, 2019).

Em uma análise funcional, portanto, é possível delimitar que o comportamento da mulher e do homem se encontram sob controle mutuamente. Porém, entende-se que postular que o patriarcado contorna relações de controle não é o bastante quando se discorre sobre a Análise do Comportamento, pois essa constatação ausenta-se em evidenciar as variáveis do controle e do desequilíbrio entre as partes de interesse para a análise (NICOLODI & ARANTES, 2019).

Ou seja, não se observa uma relação equitativa entre os homens e as mulheres, visto que os reforçadores da relação não são da mesma natureza e as contingências tampouco exploram as mesmas oportunidades de escolha (NICOLODI & ARANTES, 2019).

Segundo as autoras:

Quando é possível observar uma repetição de padrões de comportamento sistemáticos de violência contra as mulheres, é possível também perceber que as mulheres estão inseridas em contingências que reduzem suas possibilidades de escolha genuínas, ou seja, elas estão com suas liberdades restritas. (NICOLODI & ARANTES, 2019, p. 76)

Nesse sentido, a Análise do Comportamento deve atentar-se às contingências que mantêm o manejo do padrão sistemático das relações de desequilíbrio entre homens e mulheres que se dão em razão da desigual garantia de poderes e da restrição da liberdade (ARANTES & NICOLODI, 2019).

A carência de possuir escolhas ao longo da trajetória das mulheres na sua relação com os homens propicia repertórios restritos, que combinados com um contexto social, podem inviabilizar a emissão de comportamentos adequados e efetivos (ARANTES & NICOLODI, 2019).

As contingências sociais encontram-se moldadas de uma maneira que garante que as práticas culturais e os modelos de comportamento fortaleçam a supremacia dos homens, postulando um viés hierárquico na relação, essas contingências denominam-se contingências patriarcais (ARANTES & NICOLODI, 2019).

3 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE ESTUDO

Esta pesquisa pode ser classificada como descritiva sob o ponto de vista de seus objetivos, pois o enfoque é relatar os fatos vistos, descrevendo o fenômeno ou as possíveis variáveis relacionadas. Em relação aos procedimentos técnicos, se caracteriza como pesquisa de campo, visto que suas metas encontram-se atreladas a obtenção de informações acerca do problema apresentado. No que se refere à forma de abordagem do problema, é uma pesquisa qualitativa, já que o que será observado é o ambiente como coleta de dados (PRODANOV & FREITAS, 2013).

3.2 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO E PLANO DE RECRUTAMENTO

Esta pesquisa será realizada entre o mês de agosto e o mês de outubro de 2022. De início, será feita uma busca por mulheres que consideram terem sido vítimas de violência de gênero entre a década de 90 e os dias atuais. A busca será feita por meio das redes sociais, tais como Instagram, Facebook ou Whatsapp, utilizando-se, para tanto, publicações que retratem a proposta da pesquisa, bem como seus objetivos, destacando ainda, a questão do sigilo que rege a pesquisa.

Havendo aceitação para a participação na pesquisa, serão marcados dia e local – podendo o local ser real ou virtual por meio do Google Meet – para que as pesquisadoras apliquem o questionário a cada participante, separadamente. Dentre os critérios de inclusão estão mulheres que sofreram violência de gênero há pelo menos 6 meses, com idade entre 18 e 50 anos.

Com relação aos critérios de exclusão, dizem respeito a mulheres que podem ter sofrido algum tipo de violência mas não consideram ser vítimas, ou que vivenciaram recentemente essa violência. Será realizado um questionário estruturado (APÊNDICE C) com no máximo dez mulheres e no mínimo seis mulheres, uma vez que com essa quantidade de mulheres já é possível desenvolver uma interpretação sobre o referente tema.

3.3 COMO E QUEM IRÁ OBTER O CONSENTIMENTO/ASSENTIMENTO E GARANTIAS ÉTICAS AOS PARTICIPANTES DE PESQUISA

Inicialmente será realizado contato via Facebook, Instagram ou Whatsapp com as mulheres que consideram serem vítimas de violência de gênero, apresentando a pesquisa e verificando a possibilidade da participação.

Após o consentimento de participação, elas assinarão o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A), o qual tem como objetivo esclarecer devidamente as informações da pesquisa, bem como o sigilo, a finalidade do projeto, e a

possibilidade de desistência em qualquer momento e independentemente das razões. Por fim, será marcado dia e local para realizar a aplicação do questionário.

3.4 DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO

Após envio e aprovação do Projeto na Plataforma Brasil, entraremos em contato com as mulheres selecionadas para agendar dia e horário para realizar a aplicação do questionário. A coleta das informações ocorrerá posteriormente à aceitação da participação na entrevista de acordo com o TCLE que será enviado via e-mail para assinatura digital – se a participante for de outra cidade –, ou após a assinatura do termo *in loco*, tudo isso após a leitura do termo e explicação de eventuais dúvidas.

Havendo aceitação da proposta de participação na pesquisa, procederemos até o local de encontro físico ou virtual a ser combinado com cada participante. Cabe ressaltar que o questionário é inspirado no questionário (APÊNDICE D) de uma pesquisa feita por Pereira, Camargo e Aoyama em 2018, tendo sido modificado e adaptado para os fins específicos desta pesquisa.

O tempo estimado para a aplicação do questionário com sete questões será de no máximo duas horas. Os materiais utilizados serão o questionário impresso de posse apenas das pesquisadoras e duas canetas esferográficas para a anotação das respostas, no caso de entrevistas feitas ao vivo e projeção das questões do questionário na plataforma do google meet, no caso das entrevistas on-line.

3.5 DESCRIÇÃO DE MÉTODOS QUE AFETEM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA E ANÁLISE CRÍTICA DE RISCOS E BENEFÍCIOS, BEM COMO MEDIDAS QUE MINIMIZEM E/OU ELIMINEM TAIS RISCOS

A pesquisa pode gerar para as participantes reflexões sobre as mudanças na caracterização da violência de gênero ao decorrer da década de 90 até a atualidade. O estudo pode instigar a busca pelo conhecimento de quais são as ferramentas de proteção e auxílio para as vítimas de violência de gênero.

No quesito dos riscos, as participantes podem se sentir desconfortáveis ou expressarem alterações emocionais ao decorrer da entrevista semi-estruturada. Portanto, como medidas que minimizem os gravames, será reforçado para as participantes que podem desistir a qualquer momento e que não é necessário que respondam as perguntas se houver desconforto.

Bem como, a garantia do sigilo e confidencialidade. Além disso, será ofertada escuta às participantes antes e após a realização da entrevista, visto que falar das violências sofridas pode evocar sentimentos difíceis de lidar. Por fim, havendo necessidade, antes da aplicação do questionário, proporemos a realização de exercícios de relaxamento às participantes que demonstrarem ou relatarem estarem muito ansiosas.

3.6 PREVISÃO DE INDENIZAÇÃO E RESSARCIMENTO DE GASTOS AOS PARTICIPANTES

Com o recebimento do TCLE, as participantes decidem se participarão da pesquisa. O estudo não acarretará gastos para as participantes, porém, se existir prejuízos decorrentes da pesquisa, as participantes serão devidamente ressarcidas.

3.7 CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA

O não preenchimento do número mínimo de participantes ou a desistência de participantes por qualquer motivo são considerados critérios para a suspensão da pesquisa.

Caso ocorram, será realizado o recrutamento de novas participantes pelos meios já expostos, como as redes sociais, dando continuidade ao estudo. O encerramento da pesquisa acontece com o número de participantes alcançado.

3.8 LOCAIS DE REALIZAÇÃO DAS ETAPAS E INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA

A entrevista para a realização da pesquisa não necessita de um local específico, pois as pesquisadoras combinarão com as participantes o dia e o horário, dentro do cronograma, no momento em que se sintam confortáveis para responder ao questionário. Se a entrevista ocorrer presencialmente, necessita-se de uma sala onde a participante possa ficar sozinha com as pesquisadoras, a fim de resguardar o sigilo e a privacidade, bem como assentos para todos.

Caso a entrevista ocorra na modalidade on-line, é indispensável que a participante tenha um dispositivo com acesso à internet e esteja em um local seguro e sigiloso, as pesquisadoras também devem estar em local seguro e que garanta a confidencialidade das participantes. Em ambas situações, será utilizado um mecanismo de gravação da entrevista.

3.9 EXPLICITAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA

É de responsabilidade das pesquisadoras aplicar as ferramentas para a coleta de dados de maneira responsável, visando garantir a segurança das participantes, compreendendo o código de ética profissional do psicólogo, principalmente ao disposto no N 010/05 artigo 9, que discorre acerca da importância do sigilo, sendo dever das pesquisadoras zelar pela confidencialidade e a intimidade das participantes.

No que diz respeito à responsabilidade do orientador, este observará a qualidade da pesquisa e irá assegurar que se cumpram os procedimentos éticos e metodológicos do estudo. Bem como, irá orientar, vistoriar e acompanhar a construção do trabalho.

A instituição é responsabilizada por estabelecer uma postura ética nas pesquisas com seres humanos, qualificando as acadêmicas no processo do projeto de pesquisa e auxiliando na ampliação e divulgação da psicologia enquanto ciência.

3.10 EXPLICITAÇÃO ACERCA DA PROPRIEDADE DAS INFORMAÇÕES GERADAS PELA PESQUISA, SOBRE O USO E DESTINO DAS

INFORMAÇÕES/DADOS COLETADOS, BEM COMO MEDIDAS DE PROTEÇÃO RELATIVAS À PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO, LOCAL E TEMPO DE ARMAZENAMENTO.

Os dados coletados nesta pesquisa ficarão sob a responsabilidade das pesquisadoras pelo período de cinco anos após o encerramento da pesquisa. Os materiais utilizados presencialmente ficarão guardados num arquivo físico específico para tal finalidade na residência de uma das pesquisadoras.

A localização do arquivo será de conhecimento exclusivo da pesquisadora. Quanto aos materiais utilizados em eventuais entrevistas na modalidade videoconferência, estes ficarão guardados em uma pasta no drive criado por uma das pesquisadoras para o desenvolvimento do presente projeto de pesquisa.

Os resultados obtidos poderão ser publicados e apresentados em seminários, congressos e similares e serão confidenciais e sigilosos, não sendo possível a identificação de quaisquer participantes por qualquer meio.

3.11 ORÇAMENTO

Material de consumo	Valor da Unidade	Total de unidades	Valor total
Combustível	R\$6,90	22L	R\$151,80
Impressão do questionário	R\$0,40/folha	6	R\$2,40
Encadernação do projeto	R\$20,00	3	R\$60,00
Impressão do projeto	R\$0,40/folha	19 folhas	R\$7,60
Impressão do TCLE	R\$0,40/folha	6	R\$2,40
Impressão das declarações das pesquisadoras	R\$0,40/folha	3	R\$1,20

TOTAL:	R\$225,40		
---------------	-----------	--	--

Fonte: Elaboração das autoras.

*Todos gastos relacionados ao pagamento do orientador são de responsabilidade do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz.

**Os custos do projeto são de responsabilidade das pesquisadoras.

*** Os materiais permanentes são de posse das pesquisadoras.

3.12 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividades	Ago/22	Set/22	Out/22	Nov/22
Finalização do Projeto	X			
Referencial Teórico	X	X	X	X
Coleta de Dados	X			
Tabulação de Dados		X		
Análise dos Dados		X	X	
Finalização da Introdução			X	
Resultado e Discussão				X
Considerações Finais				X
Entrega				X
Defesa				X

Fonte: Elaboração das autoras

3.13 ANÁLISE DOS RESULTADOS E EXPLICITAÇÃO DE QUE OS RESULTADOS DA PESQUISA SERÃO TORNADOS PÚBLICOS, SEJAM ELES FAVORÁVEIS OU NÃO

A partir dos dados coletados será realizada uma interpretação analítico-comportamental com o intuito de verificar eventuais mudanças nos produtos das práticas culturais relacionadas ao enfrentamento da violência de gênero contra mulheres.

Independentemente dos resultados serem favoráveis ou não às hipóteses aventadas pelas pesquisadoras, eles serão divulgados para o público. As participantes também terão acesso aos resultados da pesquisa, além disso, podendo ainda, tais resultados, serem publicados em revistas científicas ou afins.

REFERÊNCIAS

- BAUM, William M. **Compreender o Behaviorismo: comportamento, cultura e evolução**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Estatísticas de Gênero Indicações Sociais das Mulheres no Brasil**, Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica n.38, p.10-11, 2021
- BORGES, Nicodemos Batista & CASSAS, Fernando Albregard. **Clínica analítico-comportamental**: aspectos teóricos e práticos. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- FERRAZ, Júlia Cavalcanti; PEIXINHO, Hellen Luane Silva; VICHI, Christian & SAMPAIO, Angelo. Uma análise de metacontingências e macrocontingências envolvidas em práticas de gênero. In: MIZAE, Táhcita & PINHEIRO, Renata (Orgs.) **Debates sobre feminismo e análise do comportamento**. Fortaleza: Imagine Publicações, 2019. p. 174-194
- FONTANA, Jordana. **Uma análise da dominação masculina à luz da noção skinneriana de cultura**. Londrina, 2019. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/pgac/wp-content/uploads/2019/08/Uma-analise-da-dominacao-masculina-a-luz-da-nocao-skinneriana-de-cultura.pdf>
- FOUCAULT, Michel. Deux essais sur le sujet et le pouvoir. In: DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. **Michel Foucault: un parcours philosophique**. Paris: Gallimard, 1984.
- HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle. **Dicionário Crítico do Feminismo**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- HUNZIKER, Maria Helena Leite. Afinal, o que é controle aversivo? **Acta Comportamental**, v. 19, n. 4, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-81452011000400006
- LAURENTI, Carolina. O lugar da análise do comportamento no debate científico contemporâneo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 28, n. 3, 367-376, 2012.
- LEÃO, Monalisa de Fátima Freitas Carneiro & LAURENTI, Carolina. Uma análise do modelo de explicação no behaviorismo radical: o estatuto do comportamento e a relação de dependência entre eventos. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 165-174, jan-jun. 2009.
- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**. 1. ed. São Paulo: Ed. Pensamento-Cultrix Ltda, 2019.
- LOPES, Carlos Eduardo. Uma proposta de definição de comportamento no behaviorismo radical. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 10, n. 1, p. 1-13, 2008.
- NICOLODI, Laís & ARANTES, Ana. Poder e patriarcado: contribuições para uma análise comportamental da desigualdade de gênero. In: MIZAE, Táhcita & PINHEIRO, Renata

(Orgs.) **Debates sobre feminismo e análise do comportamento**. Fortaleza: Imagine Publicações, 2019. p. 64-82.

PRODANOV, Cleber Cristiano & FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, Christian Silva dos & LAURENTI, Carolina. Uma interpretação da noção de atividade no comportamentalismo radical. **Acta Comportamentalia**, v. 27, n. 1, p. 91-107, 2019.

RUIZ, Maria R. **Inconspicuous sources of behavioral control**: the case of gendered practices. *The behaviorist Analyst Today*, 4 (1), 12-16, 2003. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/fulltext/2014-44018-002.pdf>

SAFFIOTI, Heleieth Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2004.

SKINNER, Burrhus Frederic. (1953). **Ciência e comportamento humano**. 11 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Beyond freedom and dignity**. Indianapolis: Hackett publishing Company, Inc., 1971.

_____. **About Behaviorism**. New York: Vintage Books, 1974.

_____. Selection by consequences. **Science**, New Series, v. 213, n. 4507, p. 501-504, 1981.

APÊNDICE A - MODELO DE TCLE PRESENCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa intitulada: “**MUDANÇAS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: PRÁTICAS CULTURAIS DA DÉCADA DE 90 E DA ATUALIDADE**”, desenvolvida pelo pesquisador responsável Christian Silva dos Reis e pelas pesquisadoras colaboradoras Juliana Molina Constantino e Natálie Tadioto Paschoal.

Esta pesquisa irá investigar por meio de uma interpretação analítico-comportamental a possibilidade de visualizar mudanças em produtos de práticas culturais de violência de gênero contra mulheres na década de 1990 até os dias atuais. Nós estamos desenvolvendo esta pesquisa porque queremos saber quais são as mudanças nos comportamentos que englobam a caracterização da violência de gênero presentes nos produtos das práticas culturais, e como se comportam ao longo de uma trajetória histórica. O convite para a sua participação se deve à utilização de seu relato em relação à sua experiência como vítima de violência de gênero, que nos ajudará a identificar o manejo das mudanças em produtos de práticas culturais na violência de gênero durante o período da década de 1990 até a atualidade.

Caso você decida aceitar nosso convite para participar desta pesquisa, você será submetida ao seguinte procedimento: responder um questionário semiestruturado de sete questões acerca de sua experiência enquanto vítima de violência de gênero, que discorre sobre tempo, identificação da violência e acesso à justiça. O tempo previsto para sua participação é de no máximo duas horas e o relato será gravado apenas por áudio, sendo somente acessado pelo pesquisador responsável, pelas pesquisadoras colaboradoras e pela auxiliar de pesquisa, como forma de manter o sigilo e confidencialidade.

Os riscos relacionados com sua participação são: possibilidade de desconforto com as perguntas do questionário; fadiga durante ou após a aplicação do questionário; alterações emocionais ao lidar com as memórias da experiência por ser vítima de violência de gênero. Entretanto, planeja-se que os riscos podem ser reduzidos pelo seguinte procedimento: possibilidade de desistência a qualquer momento da participação independente do desconforto sentido. Ressalta-se que se você obtiver algum prejuízo ou gasto referente a sua participação na pesquisa, você será devidamente ressarcida. Os benefícios relacionados com a sua participação serão: possibilidade de reflexão acerca da violência de gênero na sociedade e instigar a busca pelo conhecimento das ferramentas de proteção e auxílio para as vítimas de violência de gênero.

Todos os dados e informações que você nos fornecer serão guardados de forma sigilosa. Garantimos a confidencialidade e a privacidade dos seus dados e das suas informações. Todas as informações que você nos fornecer ou que sejam conseguidas por esta pesquisa, serão utilizadas somente para esta finalidade. A entrevista somente será gravada com a autorização da entrevistada. A gravação será apenas utilizada para a transcrição e elaboração dos resultados da pesquisa, o áudio será apenas disponibilizado para o pesquisador responsável, as pesquisadoras colaboradoras e a auxiliar de pesquisa. A sua identidade será exposta de forma anônima e sigilosa. O material da pesquisa com os seus dados e informações será armazenado em local seguro e guardado em arquivo, por pelo menos cinco anos após o término da pesquisa. Qualquer dado que possa identificá-la ou constrangê-la, será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa.

A sua participação não é obrigatória, e a qualquer momento da pesquisa você poderá desistir e retirar seu consentimento. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Se você decidir recusar ou desistir de participar, você não terá nenhum prejuízo para sua relação com o pesquisador, com o Centro Universitário FAG. Em caso de recusa, você não será penalizada. A sua participação nesta pesquisa bem como a de todas as partes envolvidas será voluntária, não havendo remuneração/pagamento. No caso de algum gasto resultante da sua participação na pesquisa e dela decorrentes, você será ressarcida, ou seja, as pesquisadoras e o pesquisador responsável cobrirão todas as suas despesas e de seus acompanhantes, quando for o caso.

Se você sofrer qualquer dano resultante da sua participação neste estudo, sendo ele imediato ou tardio, previsto ou não, você tem direito a acolhimento psicológico imediato, e a possibilidade de indicação de um profissional qualificado para acompanhamento futuro. Ao assinar este termo de consentimento, você não estará abrindo mão de nenhum direito legal, incluindo o direito de buscar indenização por danos e assistência completa por lesões resultantes de sua participação neste estudo. Os resultados que nós obtivermos com esta pesquisa serão transformados em informações científicas. Portanto, há a possibilidade de eles serem apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, os dados/informações obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação. Também é um direito seu receber o retorno sobre sua participação. Então, se você tiver interesse, preencha o seu telefone e/ou e-mail no campo “**CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO**”. Assim, quando este estudo terminar, você receberá informações sobre os resultados obtidos.

A qualquer momento, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação.

Pesquisador Responsável: Christian Silva dos Reis.

Endereço: Avenida das Torres, 500, Bairro Fag – Cascavel-PR.

Telefone: (44) 99980-8029

E-mail: csreis.br@gmail.com

Você também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro Universitário Assis Gurgacz (CEP-FAG), responsável por avaliar este estudo. Este Comitê é composto por um grupo de pessoas que atuam para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a função de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com CEP-FAG através das informações abaixo:

Endereço: Avenida das Torres 500 – Bairro FAG – Cascavel, Paraná - Prédio da Reitoria – 1º Andar.

Telefone: (45) 3321-3791

E-mail: comitedeetica@fag.edu.br

Site: <https://www.fag.edu.br/cep>

Horários de atendimento: Segunda, Quarta e Quinta-feira: 13h30 às 17h00 / Terça e Sexta-feira: 19h às 22h30

Após ser esclarecida sobre as informações do projeto, se você aceitar participar desta pesquisa deve preencher e assinar este documento que está elaborado em duas vias; uma via deste Termo de Consentimento ficará com você e a outra ficará com o pesquisador. Este consentimento possui mais de uma página, portanto, solicitamos sua assinatura (rubrica) em todas elas.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu _____, abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informada e esclarecida sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, bem como os riscos e benefícios da mesma e aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à minha participação.

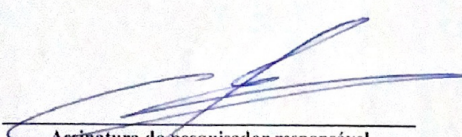
() _____

Assinatura do participante

Telefone e e-mail de contato do participante
(se aplicável)

Impressão dactiloscópica do participante
(se aplicável)

Nome e assinatura da testemunha imparcial
(se aplicável)



Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICE B - MODELO DE TCLE ONLINE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa que se intitula “**MUDANÇAS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: PRÁTICAS CULTURAIS DA DÉCADA DE 90 E DA ATUALIDADE**”. A sua participação consiste em responder um questionário sobre a violência de gênero vivenciada. Os bancos de dados ficarão guardados em uma pasta do *google drive* criada especificamente para o projeto, com acesso restrito aos pesquisadores por no máximo 10 anos. É importante ressaltar que sua privacidade será respeitada, ou seja, qualquer dado ou elemento que possa te identificar será mantido em sigilo. Além disso, você pode se recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar se justificar. O questionário está dividido em 7 perguntas no total e o tempo máximo de resposta é de 2 horas. A sua participação nesta pesquisa pode implicar em alguns riscos e desconfortos em relação à alguma das perguntas realizadas. Grande parte destes riscos é minimizada pela garantia de sigilo quanto à sua identificação. Mesmo assim, caso se sinta desconfortável, você pode optar por não responder as perguntas ou retirar-se do estudo. Não estão previstos benefícios financeiros com a sua participação na pesquisa. Entretanto, a sua colaboração será de muita importância para a contribuição no campo de pesquisa. As pesquisadoras e pesquisador envolvidos neste projeto são: Christian Silva dos Reis (e-mail: csreis.br@gmail.com / telefone: (44) 99980-8029), Juliana Molina Constantino (e-mail: jmconstantino@minha.fag.edu.com / telefone: (45) 99944-7454), Natálie Tadioto Paschoal (e-mail: ntpaschoal@minha.fag.edu.com / telefone: (45) 99126-3535) e com eles você poderá manter contato pelos seus respectivos e-mails e telefones. Em caso de dúvidas éticas, reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro Universitário Assis Gurgacz (CEP-FAG) - Avenida das Torres 500 – Bairro FAG – Cascavel, Paraná - Prédio da Reitoria – 1 Andar. E-mail: comitedeetica@fag.edu.br. Telefone: (45) 3321-3791. Por fim, reforçamos que estamos à disposição para te ajudar e esclarecer qualquer dúvida em relação a pesquisa. Desta forma, se você concordar com os termos propostos acima, selecione a opção **DECLARO QUE LI E CONCORDO**.

APÊNDICE C - DECLARAÇÃO DAS PESQUISADORAS

DECLARAÇÃO DOS PESQUISADORES

Título do projeto: A mudança na caracterização da violência de gênero identificável nos produtos das práticas culturais da década de 90 até a atualidade.

Pesquisador responsável: Christian Silva dos Reis.

Pesquisador (es) colaborador (es): Juliana Molina Constantino, Natálie Tadioto Paschoal e Vitória Emília Marion.

Classificação da Pesquisa:

- | | |
|---|--|
| ☐ Iniciação científica | ☐ Dissertação/Mestrado |
| ☒ TCC/Graduação | ☐ Tese/Doutorado |
| ☐ TCC/Especialização | ☐ Projeto Institucional |

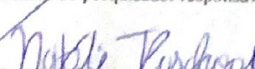
Declaramos que a coleta de dados não foi iniciada e iniciará somente após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG (e da co participante, se houver), que possui prazos estabelecidos pelas Resoluções vigentes para análise e apreciação dos documentos apresentados por nós, via Plataforma Brasil.

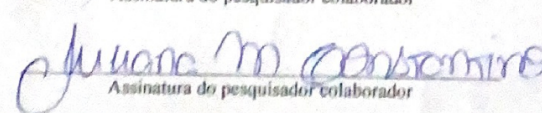
Garantimos que os resultados do estudo serão divulgados para os participantes da pesquisa e instituições onde os dados foram obtidos, bem como que, ao encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, não haverá exposição de dados que levem ao reconhecimento e constrangimento dos participantes e locais envolvidos.

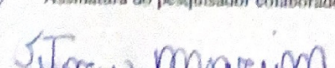
Declaramos também, ciência das implicações impostas pelas Resoluções vigentes quanto ao não cumprimento dos requisitos citados.

24 de maio de 2022.


Assinatura do pesquisador responsável


Assinatura do pesquisador colaborador


Assinatura do pesquisador colaborador


Assinatura do pesquisador colaborador

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

1. Quando você foi vítima de violência de gênero, quanto tempo você levou para você entender que aquilo que aconteceu foi uma violência?
2. Que coisas você ouviu/viu/assistiu que acredita que possam ter influenciado na sua tomada de consciência sobre as violências que você sofria?
3. Considerando que relacionamentos abusivos são aqueles em que você sofre violência, que fatores você acha que contribuíram para que você se mantivesse ou não se mantivesse nesse relacionamento mesmo depois de ter sofrido violência?
4. Quais eram as referências comportamentais para uma mulher? O que se esperava de uma mulher?
5. Você ficou sabendo que poderia recorrer à justiça por causa das violências sofridas? Se sim, como soube?
6. Considerando que você soube que poderia recorrer à justiça, você recorreu? Se não, por quê?
7. Se sim, como você foi tratada no decorrer do processo? Houve condenação pela violência sofrida?